



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

188

Agravo de Instrumento n. 325.373-0

Agravante: Bradesco Vida e Previdência S.A.

Agravado: José Valdemir Soares da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Agravo de instrumento – Multa fixada em caso do não pagamento de honorários periciais – Impossibilidade de fixar astreintes no caso de obrigação de pagar quantia certa – Precedentes do STJ – Presentes o periculum in mora e o fumus bono iuris - Agravo a que se nega provimento

1. Embora as *astreintes* sejam um meio coercitivo para cumprimento de determinação judicial, não é possível a sua aplicação na obrigação de pagar quantia certa. Trata-se de posicionamento pacífico do STJ.
2. No presente caso, a quantia certa refere-se aos honorários periciais, cujo pagamento não pode ser compelido pela fixação das *astreintes*. Evidencia-se, portanto, o *fumus bono iuris*. Já o *periculum in mora* se revela na possibilidade de aumento progressivo da multa, no caso de descumprimento.
3. Recurso a que se dá provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo de Instrumento n. 325.373-0, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em DAR PROVIMENTO ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa, que integram este julgado.

Recife, 08.11.17

Eduardo Sertório Canto

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

183
Esse

Agravo de Instrumento n. 325.373-0

Agravante: Bradesco Vida e Previdência S.A.

Agravado: José Valdemir Soares da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Ação (fls. 32-V/36): **José Valdemir Soares da Silva** propôs ação de indenização securitária contra **Bradesco Vida e Previdência S.A.** Requereu o pagamento de indenização por invalidez permanente.

Decisão interlocutória 1 (fl. 151-V): a juíza da 22ª Vara Cível da Capital determinou à seguradora o pagamento de honorários periciais.

Decisão Interlocutória 2 (fl. 20): Diante da ausência de pagamento dos honorários periciais, a magistrada determinou a intimação para a seguradora pagar os honorários periciais em 48 horas, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, limitada ao valor de R\$ 4.000,00.

Agravo de Instrumento da Bradesco Vida e Previdência S.A. (fls. 02/07-V): **Sem preliminares. No mérito**, pleitea a total reforma da decisão agravada, visando ao afastamento das *astreintes*. Em síntese, alega a impossibilidade de cominação de multa diária em casos de obrigação de pagar quantia certa.

Decisão interlocutória (fl. 171): Esta Relatoria **deferiu** o pedido de efeito suspensivo, de forma a suspender a cobrança das *astreintes* incidentes sobre o não pagamento dos honorários periciais.

Contrarrrazões de José (fls. 179/180): pugna pelo não provimento do agravo. Em síntese, alega serem as *astreintes* um meio coercitivo para cumprimento de determinação judicial.

É o essencial a relatar. Peço pauta.

Recife, 23.11

Eduardo Sertório Canto

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento n. 325.373-0

Agravante: Bradesco Vida e Previdência S.A.

Agravado: José Valdemir Soares da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

No mérito recursal, o Bradesco pleiteia a total reforma da decisão agravada, visando ao afastamento das *astreintes*. Em síntese, alega a impossibilidade de cominação de multa diária em casos de obrigação de pagar quantia certa.

Embora as *astreintes* sejam um meio coercitivo para cumprimento de determinação judicial, não é possível a sua aplicação na obrigação de pagar quantia certa. Trata-se de posicionamento pacífico do STJ. Senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PLANO DE SAÚDE. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA PARA RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRATAMENTO. **ASTREINTES.**

OBRIGAÇÃO DE PAGAR. IMPOSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DEVIDO. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Independentemente da denominação dada pela parte, é evidente que, no caso dos autos, a multa foi imposta pelo julgador como reforço ao cumprimento de obrigação de pagar.

2. **De acordo com entendimento desta Corte, em se tratando de obrigação de pagar, não cabe a aplicação da multa prevista no art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC.**

3. A imposição da multa cominatória não faz coisa julgada, de modo que pode ser afastada a qualquer tempo, inclusive na fase de cumprimento de sentença. Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 208.474/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 25/03/2014) (original sem destaques)

E mais:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL.

DANOS CAUSADOS A IMÓVEL VIZINHO. OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.

ASTREINTES. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚM 211/STJ.

[...]

2. **É firme o posicionamento do STJ no sentido de que, a multa diária é "meio executivo de coação, não aplicável a obrigações de pagar quantia certa, que atua sobre a vontade do demandado a fim de compeli-lo a satisfazer, ele próprio, a obrigação decorrente da decisão judicial."** (REsp n. 784.188/RS, relator Ministro Teori Zavascki, DJ de 14.11.2005).

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1401660/ES, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/04/2013, DJe 17/04/2013) (original sem destaques)

E ainda:

PROCESSUAL CIVIL. FAZENDA PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.

ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA N. 7/STJ. ASTREINTES. NÃO-CABIMENTO. PRECEDENTE.

1. A verificação da existência de ato atentatório à dignidade da justiça, por reclamar o revolvimento de matéria fático-probatória, esbarra no óbice inscrito na Súmula n. 7/STJ.

2. Consoante a jurisprudência do STJ, na hipótese de obrigação de pagar quantia certa, predomina o entendimento de que "a multa é meio executivo de coação, não aplicável a obrigações de pagar quantia, que atua sobre a vontade do demandado a fim de compeli-lo a satisfazer, ele próprio, a obrigação decorrente da decisão judicial.

[...]

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

(REsp 438.003/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2006, DJ 18/08/2006, p. 363) (original sem destaques)

No presente caso, a quantia certa refere-se aos honorários periciais, cujo pagamento não pode ser compelido pela fixação das *astreintes*. Evidencia-se, portanto, o *fumus bono iuris*. Já o *periculum in mora* se revela na possibilidade de aumento progressivo da multa, no caso de descumprimento.

Face ao exposto, voto no sentido de **dar provimento** ao presente agravo de instrumento, confirmando o efeito suspensivo concedido em decisão interlocutória, determinando a abstenção de cobrança de *astreintes* em caso de descumprimento do dever de pagar honorários periciais.

É como voto.

Recife, 30.08.14


Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – 22/05/14

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325373-0 – RECIFE/PE

AGRAVANTE : BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

AGRAVADO : JOSÉ VALDEMIR SOARES DA SILVA

RELATOR : DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 183 E 187/187v DOS AUTOS,
RESPECTIVAMENTE.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Está em discussão.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Senhor Presidente, esse pagamento, esse laudo pericial que a Juíza exige, é a questão daquele seguro habitacional?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Peço os autos, por favor! Apólice de seguro – Fundo de Apoio à Moradia (FAM), firmada entre a Fundação Habitacional do Exército (FHE), seguro esse que previa a cobertura para invalidez funcional.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Ah, questão de aposentadoria, pensão previdenciária, não é?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Isso.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Eu acompanho o posicionamento de Vossa Excelência, porque realmente o pagamento não pode ser, a obrigação de pagar não pode ser acrescida de astreintes, porque aí cabe multa, cabe correção monetária, mas eu acrescentaria, Senhor Presidente, o entendimento já da jurisprudência, da doutrina e da própria Lei que: em ele não produzindo a prova que o Juiz exige, ele não venha amanhã alegar cerceamento de defesa. Porque o Juiz determinou: promova a prova; se ele não promove, ficará o processo com a tese e os argumentos da parte adversa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Eu agradeço a intervenção de Vossa Excelência, e esclareço da minha parte, que eu me detive na questão objeto da lide, porque foi que se discutiu. As consequências, como diria o Conselheiro Acácio, vêm depois.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Vossa Excelência tem razão, é tanto que eu disse assim: eu gostaria de acrescentar no meu argumento, que ela que arque com as consequências de não produzir a prova.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Ah, está certo. Pois não, será registrado em Ata. Desembargador Itabira.

DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO

Eu acompanho o voto de Vossa Excelência.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, DEVENDO OUTROSSIM, FICAR REGISTRADO A COMPLEMENTAÇÃO DO VOTO DA LAVRA DO EMINENTE DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO NO SENTIDO DE CONSIDERAR, NO CASO DE NÃO CUMPRIMENTO NA AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, PREJUDICADO O DIREITO DO AGRAVANTE."
